

RESUMOS DE TESES E DISSERTAÇÕES

1. Mestre: Jônatas Henriques Barreira

Data da Defesa: 27 de março de 2018.

Título da Dissertação: Descentralização Administrativa e Federalismo nos Serviços de Água e Esgoto: um Estudo da Região Sudeste

Instituição: Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (PPGDC/UFF)

Banca Examinadora: Prof. Dr. Orientador André Saddy (UFF); Prof. Dr. Cássio Luis Casagrande (UFF); Profa. Dra. Helena Elias Pinto (UFF); Prof. Dr. Daniel Wunder Hachem (UFPR).

Resumo: Esta dissertação tem como tema a descentralização administrativa e o federalismo no saneamento básico, mais especificamente, nos serviços de água e esgoto na Região Sudeste do Brasil. A partir de dados de SNIS e outros coletados em legislação municipal e sites institucionais, apresentei uma descrição das escolhas dos Municípios e das Regiões Metropolitanas, Aglomerações Urbanas e Microrregiões referente aos modelos de prestadores de serviço público. Os principais modelos são: delegação a Companhias Estaduais, criação de autarquias municipais, concessões a agentes privados e prestação por meio da Administração Direta municipal. Depois disso, testei cinco hipóteses que poderiam estar relacionados às preferências por determinados modelos: tempo, número populacional, região, mudanças no equilíbrio federativo e renda per capita. Verifiquei que as hipóteses que apresentam relação com as escolhas são região e número populacional, as demais hipóteses não foram confirmadas.

Palavras-chave: Saneamento básico; serviço público; água; esgoto; descentralização administrativa; federalismo; Municípios; Estados; Regiões Metropolitanas; Aglomerações Urbanas; Microrregiões; Região Sudeste do Brasil.

2. Mestre: Denise de Almeida Guimarães

Data da Defesa: 24 de abril de 2018.

Título da Dissertação: Políticas de Austeridade e as Reformas Trabalhistas Transatlânticas: os Casos Brasil e Espanha

Instituição: Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (PPGDC/UFF)

Banca Examinadora: Prof. Dr. Eduardo Manuel Val (UFF); Profa. Dra. Clarissa Maria

Beatriz Brandão de Carvalho Kowarski (UFF); Prof. Dr. Cássio Casagrande (UFF).

Resumo: Esta pesquisa pretende analisar a Reforma Trabalhista no Brasil (Lei nº 13.467/2017 e Medida Provisória nº 808/2017), enquanto fenômeno ligado às políticas de austeridade e o seu impacto em relação aos direitos fundamentais dos trabalhadores previstos no texto constitucional e nas Convenções da Organização Internacional do Trabalho. Para tanto serão examinadas como as políticas de austeridade por reformas na legislação trabalhista, capitaneadas por um modelo econômico neoliberal, foram introduzidas com base na culpabilização do Direito do Trabalho pelo elevado desemprego, ao ponto de transformá-lo de um Direito de proteção para um Direito de exceção, na expressão de António Casimiro Ferreira. A partir do Direito Comparado entre as Reformas Trabalhistas ocorridas na Espanha (2012) e aquela implementada no Brasil (2017) se pretende averiguar o desenho institucional das principais inovações legislativas que maculam a base principiológica protetiva da norma trabalhista. A conclusão que se chega é que essa estratégia de austeridade através de Reformas legislativas remodeladas segundo interesses de mercado compromete todo um sistema jurídico provocando um aprofundamento nas desigualdades sociais no país.

Palavras-chave: Reforma Trabalhista; Políticas de austeridade; Direitos fundamentais.

3. Mestre: Dalton Robert Tibúrcio;

Data da defesa: 27 de março de 2018;

Título da dissertação: O controle político congressional sobre os atos normativos das agências reguladoras no Brasil;

Instituição: Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (PPGDC/UFF);

Banca examinadora: Professor Dr. Cássio Luís Casagrande (UFF); Professor Dr. Eduardo Manuel Val (UFF); Professor Dr. Siddharta Legale (UFRJ);

Resumo: A dissertação tem por tema o controle político congressional sobre os atos normativos das agências reguladoras no Brasil, a partir do levantamento de dados sobre a utilização, pelo Congresso Nacional, da competência prevista no art. 49, V da Constituição brasileira de 1988. O problema de pesquisa consiste em compreender o significado, a partir do marco constitucional, da utilização de decretos legislativos para sustar atos normativos das agências reguladoras no Brasil. A hipótese de pesquisa é que essa atuação do Parlamento é expressão do exercício do controle político congressional sobre a regulação, o que contraria a ideia de que no Brasil o Congresso Nacional

abdicou do controle sobre a burocracia regulatória em favor do Chefe do Executivo. O cerne do problema diz respeito à relação entre burocratas e políticos, no interior do Estado moderno, como já havia anunciado Max Weber. No contexto das mudanças institucionais da forma do Estado desempenhar sua função regulatória, a partir de meados dos anos 1970, a autonomia da burocracia regulatória adquiriu uma renovada importância. Nos quadros da democracia representativa, porém, não se pode realizar, em plenitude, o insulamento burocrático. Assim, deve-se aproximar do objeto a partir de uma atitude que inclua a realidade política nas formulações teóricas. A partir do marco teórico institucionalista, busca-se estabelecer um diálogo entre a Economia, a Ciência Política e o Direito, como ferramenta metodológica para a compreensão do fenômeno estudado. A teoria da delegação e a relação principal-agente são os pressupostos gerais de análise. A realidade institucional dos Estados Unidos é estudada para revelar as possibilidades e as limitações da teoria do domínio congressional. A realidade brasileira é analisada à luz da teoria do domínio presidencial. Após a construção do arcabouço teórico, realiza-se pesquisa com dados dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988 para compreender as circunstâncias da introdução da competência do Congresso Nacional para sustar atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do Poder Regulamentar ou da delegação legislativa. Após, levantam-se dados para mensurar a utilização da competência do art. 49, V da Constituição, como mecanismo de controle congressional sobre a burocracia e as agências reguladoras em especial, no período de 05 de outubro de 1988 a dezembro de 2017.

Palavras-Chave: Independência regulatória; Controle político; Domínio congressional; Domínio presidencial; Relação principal-agente; Institucionalismo.

4. Mestre: Bernardo Margulies Cavalcanti

Data da Defesa: 23 de outubro de 2018

Título da Dissertação: O Programa Bolsa Família: Um estudo sobre a sua natureza política e jurídica

Instituição: Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (PPGDC/UFF)

Banca Examinadora: Prof. Dr. Marco Aurélio Lagreca Casamasso (UFF); Prof. Dr. Eduardo Manuel Val (UFF); Profa. Dra. Waleska Marcy Rosa (UFJF).

Resumo: O Programa Bolsa Família (PBF) é o objeto central de análise desta dissertação. Trata-se do maior Programa de Transferência de Renda Condicionada

(PTRC) do Brasil e figura entre os maiores do mundo. Dados oficiais, relativos a agosto de 2018, revelam que 13,9 milhões de família são contempladas pelos benefícios do PBF todos os meses. Apesar de considerados baixos, os valores transferidos ajudam cerca de 46 milhões de pessoas a combater a pobreza ao permitir a concretização dos seus direitos mais básicos. Criado por meio de medida provisória em 2003, o PBF foi convertido em lei no ano de 2004. No entanto, seu arcabouço normativo não o define, do ponto de vista formal, como um direito. Tal fato propicia insegurança jurídica para seus beneficiários e conduz a literatura especializada a formular dúvidas a respeito das suas naturezas política e jurídica. O estudo, então, se encarrega da tarefa de compreender e questionar os argumentos mais relevantes que conduzem a essas incertezas. Desse modo, empreende-se pesquisa qualitativa, de perfil exploratório, com a utilização de técnicas de pesquisa bibliográfica e de análise documental. O trabalho assume um perfil interdisciplinar, que articula Direito, Ciência Política e Sociologia, e se vale, principalmente, do raciocínio indutivo.

Palavras-chave: Direito Constitucional; Programa de Transferência de Renda Condicionada; Programa Bolsa Família; Naturezas política e jurídica.

5. Mestre: Fabio Paulo Reis de Santana

Data da Defesa: 30 de março de 2018

Título da Dissertação: Economia Colaborativa e Administração Pública: Limites e Possibilidades

Instituição: Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (PPGDC/UFF)

Banca Examinadora: Profa. Dra. Clarissa Maria Beatriz Brandão de Carvalho Kowarski (UFF); Profa. Dra. Helena Elias Pinto (UFF); Prof. Dr. Ricardo Perlingeiro Mendes da Silva (UFF); Prof. Dr. André Ricardo Cruz Fontes (UNIRIO).

Resumo: A pesquisa trata da economia colaborativa como possibilidade de uso de bens pela perspectiva do compartilhamento, de modo que a propriedade como pressuposto do uso deixade ser o aspecto central, passando a ter prelaia o acesso aos bens, independentemente de quem seja o seu efetivo proprietário. Essa ferramenta encontra ambiente propício por contada Emenda Constitucional 95, de 15 de dezembro de 2016 (também conhecida como a Emenda do Teto dos Gastos Públicos), que instituiu o novo Regime Fiscal no âmbito do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União pelos próximos 20 (vinte) anos, fixando limites para a despesa pública no âmbito dos Poderes

da República. Diante disso, a economia colaborativa desponta como uma via possível para a redução da despesa pública, ao oferecer novo mecanismo de compartilhamento de recursos públicos, o que permitiria o acesso aos bens necessários à atividade administrativa, sem necessariamente implicar o incremento da despesa pública. Assim, no primeiro capítulo, buscar-se-á discutir sobre a economia colaborativa de modo geral, seu conceito e suas características. No segundo capítulo, será abordada a juridicidade da economia colaborativa, conforme o ordenamento jurídico pátrio, versando sobre as possíveis tensões com os princípios constitucionais administrativos e financeiros. No terceiro e último capítulo, tratar-se-á dos entraves jurídicos para a adoção, na prática, da economia colaborativa e possíveis soluções para a superação dessas dificuldades jurídicas.

Palavras-chave: Economia Colaborativa; Compartilhamento; Administração Pública; Eficiência; Economicidade.

6. Mestre: Pablo Ronaldo Gadea de Souza

Data da Defesa: 09 de Abril de 2018.

Título da Dissertação: A terra como elemento neurálgico da identidade indígena: a violação dos direitos coletivos territoriais dos povos indígenas e seu tratamento no âmbito do Sistema Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos

Instituição: Universidade Federal Fluminense (UFF)

Banca Examinadora: Prof. Dr. Eduardo Manuel Val (UFF); Prof. Dr. Enzo Bello (UFF); Prof.^a Dr.^a Thaís Maria Lutterback Saporetti Azevedo (UFF)

Resumo: O trabalho desenvolve o conceito de terras e territórios para os povos indígenas, tratando dos direitos relativos e inerentes a estes. Para tal, analisa-se a violação da posse da propriedade coletiva dos povos indígenas, suas causas, consequências e o impacto destas nos países da América Latina, bem como o tratamento que se dá ao tema no novo constitucionalismo latino-americano, observando para tanto a legislação pertinente em âmbito nacional e internacional. Propõe-se, ainda, um breve estudo dos casos da Corte Interamericana de Direitos Humanos a respeito do tema.

Palavras-chave: Direito Internacional dos Direitos Humanos; Direito Indígena; Sistema Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos; Direitos coletivos dos povos indígenas; Direito à terra e territórios.